



Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

| | |
|---------------------------|--|
| PROCESSO N.º: | 412813/2021 |
| PRINCIPAL: | PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE |
| CNPJ: | 37.465.408/0001-49 |
| ASSUNTO: | CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL |
| ORDENADOR DE DESPESAS | MARCELO VIEIRA VITORAZZI |
| RELATOR: | VALTER ALBANO DA SILVA |
| MUNICÍPIO DO FISCALIZADO: | LAMBARI DOESTE |
| NÚMERO OS: | 4778/2022 |
| EQUIPE TÉCNICA: | GABRIEL LIBERATO LOPES, MICHELINE FATIMA DE SOUZA FALCAO ARRUDA |





SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 2. ANÁLISE DA DEFESA | 1 |
| 3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES | 36 |
| 4. CONCLUSÃO | 36 |
| 4.1. RESULTADO DA ANÁLISE | 36 |
| 4.2. NOVAS CITAÇÕES | 38 |





1. INTRODUÇÃO

Trata-se de análise técnica da defesa pertinente às Contas Anuais de Governo do Município de Lambari D'Oeste, referente ao exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do Sr. Marcelo Vieira Vitorazzi, Prefeito Municipal.

A documentação ora analisada foi protocolada como defesa do Relatório Técnico Preliminar (Documento Digital nº 143670/2022) que registrou 08 achados de auditoria, relativos às Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, exercício 2021.

Devidamente citado para defender-se, o responsável, Sr. Marcelo Vieira Vitorazzi, apresentou suas justificativas, por meio do protocolo nº 141615/2022 (Documento Digital nº 164975/2022), cujas razões serão objeto de análise neste relatório.

2. ANÁLISE DA DEFESA

A seguir são apresentadas as análises das defesas manifestadas para cada uma das irregularidades consubstanciadas dos achados constantes do Relatório Preliminar de Contas Anuais de Governo de 2021, do Município de Lambari D'Oeste - MT.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) DA05 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1) Verificou-se, por meio dos dados constantes na Tabela de Contribuições Previdenciárias (Informes Mensais > RPPS > Contribuições Previdenciárias), inadimplência de R\$ 8.366,65 no repasse das contribuições Contribuições Previdenciárias Patronais ao RPPS, relativas aos meses de fevereiro, abril, agosto e outubro. Além disso, verificou-se que os dados constantes na Tabela de Contribuições Previdenciárias (Informes Mensais > RPPS > Contribuições Previdenciárias) não estão convergentes com os dados apresentados no documento Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice H deste relatório). Para sanar essa irregularidade, a gestão precisa demonstrar a adimplência das Contribuições Previdenciárias Patronais enviando o documento Declaração de Veracidade nos moldes exigidos no sistema Aplic (conforme modelo apresentado no Apêndice J deste relatório), bem como apresentar as guias de recolhimento e extratos bancários visando comprovar as informações prestadas. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

- Apêndice H deste relatório;
- Apêndice I deste relatório;





- Quadros de inadimplência das contribuições previdenciárias apresentados neste tópico do relatório.

Manifestação da defesa:

A defesa informou que a Previdência Municipal (RPPS) não está emitindo as guias para a Prefeitura efetuar o recolhimento da parte patronal e do segurado, que já solicitou ao RPPS a emissão das referidas guias, mas não foi atendida. Para os processos de despesas não ficarem sem comprovante (guia de pagamento), o Departamento de Recursos Humanos (RH) está emitindo as guias pelo software da Prefeitura.

Ressaltou que os pagamentos das contribuições patronais e do segurado estão sendo efetuados de acordo com as guias emitidas pelo RH e que a Prefeitura tem cumprido fielmente o prazo para recolhimento das contribuições previdenciárias.

Quanto as diferenças apontadas no relatório técnico preliminar entre o Valor Devido e o Valor Recolhido, a defesa informou que se refere a parte patronal relativa a diferenças na alíquota patronal do período de maio a agosto de 2021. Para comprovação da alegação, a defesa apresentou cópia dos empenhos e cópia dos comprovantes de depósito para o RPPS (fls. 500 a 509 do Doc. nº 164976/2022).

Destacou que não concorda com a Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias apresentada pelo Lambari-Previ (fls. 18 a 20 do Doc. nº 164976/2022), uma vez que o RPPS não emitiu nenhuma guia para a Prefeitura fazer os recolhimentos das contribuições previdenciárias durante o exercício de 2021, e agora em 2022 informou que possui diferenças quanto ao valor devido.

Por fim, a defesa refez o quadro com o Valor Devido e o Valor Recolhido com base nas cópias das guias emitidas pelo RH da Prefeitura e com os comprovantes de pagamentos, bem como apresentou em anexo os documentos que comprovam o fiel recolhimento das obrigações previdenciárias ao Lambari-Previ (fls. 23 a 491 do Doc. nº 164976/2022).

Análise da defesa:

A defesa apresentou as Guias de Recolhimento de Previdência (GRPS), emitidas pelo Departamento de Recursos Humanos, e os comprovantes de transferência bancária da conta da Prefeitura para conta do Lambari-Previ (fls. 23 a 491 do Doc. nº 164976/2022).

Nos documentos apresentados é possível identificar o valor relativo à parte patronal e à parte dos segurados, o mês de competência da apuração, a lotação de origem dos servidores que geraram as contribuições previdenciárias e a data da realização do pagamento.

De acordo com os documentos apresentados, o quadro mensal das contribuições previdenciárias patronais deve ser demonstrado da seguinte forma:





| Competência | Patronal devido (R\$) | Patronal Pago (R\$) | Diferença Não Paga (R\$) |
|--------------|-----------------------|---------------------|--------------------------|
| Janeiro | 108.732,10 | 108.732,10 | 0,00 |
| Fevereiro | 108.085,88 | 108.085,88 | 0,00 |
| Março | 106.844,09 | 106.844,09 | 0,00 |
| Abril | 111.397,86 | 111.397,86 | 0,00 |
| Maior | 108.166,00 | 108.166,00 | 0,00 |
| Junho | 107.330,18 | 107.330,18 | 0,00 |
| Julho | 113.209,77 | 113.209,77 | 0,00 |
| Agosto | 107.347,17 | 107.347,17 | 0,00 |
| Setembro | 110.620,53 | 110.620,53 | 0,00 |
| Outubro | 128.749,16 | 128.749,16 | 0,00 |
| Novembro | 113.024,05 | 113.024,05 | 0,00 |
| Dezembro | 112.185,60 | 112.185,60 | 0,00 |
| TOTAL | 1.335.692,39 | 1.335.692,39 | 0,00 |

Fonte: Guias de recolhimento e extratos bancários apresentados na defesa (fls. 23 a 491 do Doc. nº 164976/2022).

Após a análise da documentação, verificou-se que a defesa comprovou que a Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste realizou tempestivamente o recolhimento das contribuições previdenciárias patronais ao RPPS no exercício de 2021.

No que tange a divergência entre os valores constantes na Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias, apresentada pelo Lambari-Previ (fls. 18 a 20 do Doc. nº 164976/2022), com os valores das contribuições patronais apresentados pela defesa, esta demonstrou os documentos e os cálculos que originaram os valores apresentados.

Situação da análise: **SANADO**

2) DA07 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_07. Não- recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto- Lei nº 2.848/1940).

2.1) Verificou-se que os dados constantes na Tabela de Contribuições Previdenciárias (Informes Mensais > RPPS > Contribuições Previdenciárias) não estão convergentes com os dados apresentados no documento Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice H deste relatório). Para sanar essa irregularidade, a gestão precisa demonstrar a adimplência das Contribuições Previdenciárias dos Segurados enviando o documento Declaração de Veracidade nos moldes exigidos no sistema Aplic (conforme modelo apresentado no Apêndice J deste relatório), bem como apresentar as guias de recolhimento e extratos bancários visando comprovar as informações prestadas. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

- Apêndice H deste relatório;
- Apêndice I deste relatório;
- Quadros de inadimplência das contribuições previdenciárias apresentados neste tópico do relatório.





Manifestação da defesa:

A defesa alegou que devido a Previdência Municipal (RPPS) não ter emitido as guias de contribuição previdenciária para a Prefeitura efetuar o recolhimento, foram utilizadas para recolhimento as guias emitidas pelo Departamento de Recursos Humanos (RH) no fechamento das folhas de pagamentos, e de acordo com estas guias, foi refeito o quadro do Valor Devido e o Valor Recolhido da parte do segurado ao RPPS no exercício de 2021. Para comprovação dos cálculos apresentados, a defesa anexou cópia das guias de recolhimento e dos extratos bancários (fls. 23 a 491 do Doc. nº 164976/2022).

Análise da defesa:

A defesa apresentou as Guias de Recolhimento de Previdência (GRPS), emitidas pelo Departamento de Recursos Humanos, e os comprovantes de transferência bancária da conta da Prefeitura para conta do Lambari-Previ (fls. 23 a 491 do Doc. nº 164976/2022).

Nos documentos apresentados é possível identificar o valor da parte patronal e dos segurados, o mês de competência da apuração, a lotação de origem dos servidores que geraram as contribuições previdenciárias e a data da realização do pagamento.

De acordo com os documentos apresentados, o quadro mensal das contribuições previdenciárias dos servidores deve ser demonstrado da seguinte forma:

| Competência | Segurado devido (R\$) | Segurado Pago (R\$) | Diferença Não Paga (R\$) |
|--------------|-----------------------|---------------------|--------------------------|
| Janeiro | 52.666,30 | 52.666,30 | 0,00 |
| Fevereiro | 52.353,36 | 52.353,36 | 0,00 |
| Março | 65.866,00 | 65.866,00 | 0,00 |
| Abril | 68.673,30 | 68.673,30 | 0,00 |
| Maio | 66.680,92 | 66.680,92 | 0,00 |
| Junho | 66.165,67 | 66.165,67 | 0,00 |
| Julho | 69.790,22 | 69.790,22 | 0,00 |
| Agosto | 66.176,16 | 66.176,16 | 0,00 |
| Setembro | 66.948,88 | 66.948,88 | 0,00 |
| Outubro | 66.482,28 | 66.482,28 | 0,00 |
| Novembro | 67.133,49 | 67.133,49 | 0,00 |
| Dezembro | 66.635,45 | 66.635,45 | 0,00 |
| TOTAL | 775.572,03 | 775.572,03 | 0,00 |

Fonte: Guias de recolhimento e extratos bancários apresentados na defesa (fls. 23 a 491 do Doc. nº 164976/2022).

Após a análise da documentação, verificou-se que a defesa comprovou que a Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste recolheu tempestivamente as contribuições previdenciárias dos segurados ao RPPS no exercício de 2021.

No que tange a divergência entre os valores constantes na Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias, apresentada pelo Lambari-Previ (fls. 18 a 20 do Doc. nº 164976/2022), com os valores das contribuições dos segurados apresentados pela defesa, esta demonstrou os documentos e os cálculos que originaram os valores apresentados.

Situação da análise: **SANADO**





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

3) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

3.1) *Os anexos obrigatórios que acompanham a Lei de Diretrizes Orçamentária do Município de Lambari D'Oeste não foram divulgados no Portal Transparência do Município, contrariando o art. 48, LRF. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA*

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

O artigo 37 da Constituição Federal elenca o princípio da publicidade como um dos princípios a serem observados pela Administração Pública. Consiste na obrigação de divulgação dos atos oficiais, documentos ou informações em meio oficial, podendo ser o Diário Oficial do Ente ou outro que o Chefe do Poder Executivo decreta como oficial (Diário Oficial do Estado, Diário Oficial de Contas ou Jornal Oficial da AMM).

No caso de leis orçamentárias, além da publicidade é exigida a ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos, como instrumento de transparência da gestão fiscal nos termos do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Lambari D'Oeste foi publicada em meio oficial (Jornal Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 10/12/2020, Edição nº 3.623) e divulgada no site da prefeitura, contudo, os seus anexos não foram disponibilizados no Portal Transparência do Município (<https://lambaridoestemt.com.br/transparencia-municipal/legislacao/ldo#listagem> acesso em 23/05/2022), conforme comprova-se a seguir:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Conforme demonstrado acima, no Portal Transparência do Município só constam atualmente divulgados a Lei nº 688/2020 e o relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto no art. 45 da LRF (Relatório de Projeto em Execução e Conservação do Patrimônio Art. 45 da LRF).

Destaca-se que a constatação de ausência de publicação e disponibilização dos anexos que integram a LDO no Portal Transparência integrou as Contas de Governo do exercício de 2020 no Relatório Técnico Preliminar (Protocolos Control-P 10.114-1/2020). Portanto, tem-se reincidência quanto ao descumprimento da divulgação dos anexos da LDO no Portal Transparência do Município.

Manifestação da defesa:

A Defesa informa que a Lei nº 688/2020, Lei de Diretrizes Orçamentária, foi sancionada em 09/12/2020, assim sendo, a responsabilidade da publicação da referida lei com seus anexos, era da gestão anterior.

Informa ainda que como ficou pendente somente a publicação dos ANEXOS da LDO/2021, no link informado pelo técnico do TCE-MT (<https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/ldo#listagem>), a administração providenciou a publicação dos referidos anexos no link informado.

A Defesa alega que a Lei nº 688/2020 – LDO/2021 e seus anexos já se encontravam publicados, mas em outro link <http://177.222.234.81:8079/transparencia/>, no qual a publicação das informações de receitas e despesas e relatórios de planejamento é automática, conforme é lançado no software da prefeitura as informações já vão automáticas para o site. A Defesa esclarece que basta acessar o exercício de 2021 e a aba Planejamento Orçamentário / LDO- Lei de Diretrizes Orçamentária, demonstrando um print das informações divulgadas no referido link.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Assim sendo, a Defesa solicita o saneamento do item.

Análise da defesa:

Considerando a manifestação defensiva, procedeu-se, nesta oportunidade, nova consulta ao site da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, no link <https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/ldo/5672-lei-municipal-n-688-de-09-de-dezembro-de-2020>, e verificou-se que neste link constam, atualmente, divulgados o texto da Lei nº 688/2020 (LDO/2021) com os seus respectivos anexos, conforme demonstra-se a seguir:

lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/ldo/5672-lei-municipal-n-688-de-09-de-dezembro-de-2020

Outlook Nova guia Acesso ao Sistema... Tópico - AUDITOR... Página de login do... Consolidacao,Ente... Instruções de Proce...

LEI MUNICIPAL Nº 688, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Lambari D'Oeste para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências."

Autor: Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste | Lei Municipal LDO. | Aprobada e Sancionada: 09/12/2020 | Visualizações: 285

Registre-se antes! | Faltam registros

| Título | Data | Tamanho | Opções |
|---|---------------------|----------|--|
| LEI Nº 688, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020 | 09/12/2020 às 15:14 | 2.8 MB | Abrir Download |
| ANEXO I - DESPESAS OBRIGATORIAS | 14/07/2022 às 15:55 | 18.4 KB | Abrir Download |
| ANEXO II - PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS | 14/07/2022 às 15:55 | 20.7 KB | Abrir Download |
| ANEXO II.a - PROGRAMAS, METAS E AÇÕES | 14/07/2022 às 15:55 | 238.1 KB | Abrir Download |
| ANEXO III - METAS ANUAIS | 14/07/2022 às 15:55 | 34.3 KB | Abrir Download |
| ANEXO IV - ANEXO IV - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 14/07/2022 às 15:55 | 25.5 KB | Abrir Download |
| ANEXO V - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIVADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES | 14/07/2022 às 15:55 | 29.5 KB | Abrir Download |
| ANEXO VI - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 14/07/2022 às 15:55 | 19.7 KB | Abrir Download |

Última atualização: 04/08/2022 às 15h33m.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/lido/5672-lei-municipal-n-688-de-09-de-dezembro-de-2020

Outlook Nova guia Acesso ao Sistema... Tópico - AUDITOR... Página de login do... Consolidacao,Ente... Instruções de Proce...

Prefeitura Municipal de
Lambari do Oeste
Poderes e Funções

Busca Avançada

Leis Municipais

- LEIS ORDINARIAS
- LEIS COMPLEMENTARES
- LEI ORÇÂNICA
- LDO
- PPA
- LDA
- CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE
- CÓDIGO DE OBRAS
- CÓDIGO DE POSTURAS
- CÓDIGO SANITÁRIO
- CÓDIGO TRIBUTÁRIO
- CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
- COVID-19
- ESTATUTO DO MAGISTÉRIO
- ESTATUTO DO SERVIDOR
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- MANO DO MUNICÍPIO

Última atualização: 04/08/2022 às 15:53h

| ANEXO | DATA | TAMANHO | AÇÃO |
|---|---------------------|---------|----------|
| ANEXO VI - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 14/07/2022 às 15:56 | 19.7 KB | Download |
| ANEXO VII - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 14/07/2022 às 15:56 | 21.0 KB | Download |
| ANEXO VIII - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS | 14/07/2022 às 15:56 | 36.9 KB | Download |
| ANEXO IX - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS | 14/07/2022 às 15:56 | 37.8 KB | Download |
| ANEXO X - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA | 14/07/2022 às 15:56 | 20.0 KB | Download |
| ANEXO XI - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO | 14/07/2022 às 15:56 | 20.0 KB | Download |
| ANEXO XII - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS | 14/07/2022 às 15:56 | 19.7 KB | Download |
| ANEXO XIII - PROPOSTA DE METAS E PRIORIDADES | 14/07/2022 às 15:56 | 19.0 KB | Download |

Registre anterior Próximo registre

Voltar à página anterior Ir ao Topo

Fonte: Portal

Transparência

do

Município(<https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/lido/5672-lei-municipal-n-688-de-09-de-dezembro-de-2020>)

No entanto, em análise aos anexos da LDO/2021 divulgados no Portal Transparência do Município, observou-se que o Demonstrativo de Programas, Metas e Ações apresenta estrutura e valores divergentes do referido demonstrativo que integrou a LDO/2021 protocolada neste Tribunal, sob o nº 274666/2020, conforme exemplifica-se no trecho desses demonstrativos abaixo:

MUNICÍPIO DE LAMبارI DOESTE - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Page 3 of 81

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 01/01/2021)

Lei: 688, Data: 09/12/2020

2021

Programa Descrição

0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ações

| Entidade | Unid. Orgam. | Proj. Ativ. | Função | Subfunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|-------------------------------------|----------------------|---|---------------------|--------------------------------|---------------------|---------------------|------|------------|
| 0002 | PREFEITURA MUNICIPAL LAMبارI DOESTE | | | | | | | 0 | 5.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| | | 1000 | ACQUISICÃO DE VEÍCULO | | | | | | |
| | | 04 | Administração | | | | | | |
| | | | 122 | Administração Geral | | | | | |
| | | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | | | 00 | Recursos Ordinários | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0002 | PREFEITURA MUNICIPAL LAMبارI DOESTE | | | | | | | 12 | 64.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| | | 2003 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSESSORIA JURÍDICA | | | | | | |
| | | 04 | Administração | | | | | | |
| | | | 122 | Administração Geral | | | | | |
| | | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | | | 00 | Recursos Ordinários | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0002 | PREFEITURA MUNICIPAL LAMبارI DOESTE | | | | | | | 12 | 106.850,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| | | 2004 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONTROLE INTERNO | | | | | | |
| | | 04 | Administração | | | | | | |
| | | | 122 | Administração Geral | | | | | |
| | | | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | |
| | | | | | 00 | Recursos Ordinários | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | | | |

Fonte: Sistema Control P/ Processo nº 274666/2020





MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

Rua Cidrolândia
37465408/0001-49

Page 3 of 67

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | INICIAL |
| <input type="checkbox"/> | ALTERAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> | INCLUSÃO |
| <input type="checkbox"/> | EXCLUSÃO |

Tabela XII - Programas, Metas e Ações (Planejamento Orçamentário)

| PROGRAMA GOVERNAMENTAL: | | | | | | |
|---|----------|-------------------------------------|--|--------------------------|--------------------------------|--|
| Tipo | Cód. | Descrição | Classificação: | | | |
| 1 | 0003 | ADMINISTRACAO GERAL | <input type="checkbox"/> Finalístico <input checked="" type="checkbox"/> Apoio Administrativo <input type="checkbox"/> Operações Especiais | | | |
| Público Alvo: POPULACAO EM GERAL | | | | | | |
| Objetivo: CRIAR MECANISMO PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO E CONTROLE DOS GASTOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, TENDO COMO MEIOS A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, MELHORIA NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, TRANSPARÊNCIA, RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS, VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, CONTROLE E FOCO NA PRODUTIVIDADE, MANUTENÇÃO DOS GABINETES E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO, ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO PÚBLICO, ASSESSORIAS, MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DE APOIO E CONTROLE. | | | | | | |
| Justificativa: ATENDIMENTO A OBRIGATORIEDADE DA EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, BEM COMO NECESSIDADE DO FORTALECIMENTO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS CAPAZES DE DAR EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS | | | | | | |
| Classificação Institucional: | | | | | | |
| Entidade | 2 | PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE | | | | |
| Poder | 02 | PODER EXECUTIVO | | | | |
| Órgão | 02.02 | GABINETE DO PREFEITO | | | | |
| Unidade | 02.02.01 | GABINETE DO PREFEITO | | | | |
| AÇÃO(ÕES) de Governo: | | | Classificação | | Unidade de Medida dos Produtos | META FISICA |
| Tipo | Cód. | Descrição | Função | SubFunção | | 2021 |
| 1 | 1080 | AQUISIÇÃO DE VEICULO | 04 | 122 | UN UNIDADE | 1 |
| 2 | 2003 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM | 04 | 122 | MES MÊS | 12 |
| 2 | 2004 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM O | 04 | 122 | MES MÊS | 12 |
| 2 | 2005 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM O | 04 | 122 | MES MÊS | 12 |
| Código da(s) Ação(ões) | F.R. Gru | F.R. Cód | Categoria Econômica | META FINANCEIRA (em R\$) | | Custo Total Estimado para a(s) AÇÃO(ÕES) |
| | | | | 2021 | | |
| 1080 | 1 | 00 | 4 | 50.000,00 | | 73.000,00 |
| 2003 | 1 | 00 | 3 | 90.000,00 | | 397.000,00 |
| 2003 | 1 | 00 | 4 | 0,00 | | 10.000,00 |
| 2004 | 1 | 00 | 3 | 65.000,00 | | 300.000,00 |
| 2005 | 1 | 00 | 3 | 930.000,00 | | 4.200.000,00 |
| Custo por Exercício da(s) Ação(ões) vinculada(s) ao PROGRAMA | | | | 1.135.000,00 | | R\$ 4.980.000,00 |

Fonte: Portal

Transparência

do

Município(<https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/ldo/5672-lei-municipal-n-688-de-09-de-dezembro-d>)

Quanto à alegação da Defesa de que Lei nº 688/2020 – LDO/2021 e seus anexos já se encontravam divulgados em outro link <http://177.222.234.81:8079/transparencia/>, ressalta-se que não foi esclarecido pelo defendente qual o caminho para acessar este link no site da Prefeitura Municipal, bem como o motivo de existir dois endereços eletrônicos para acessar o Portal Transparência do Município.

Em que pese a intempestividade na divulgação dos anexos no Portal Transparência do Município e a disponibilização de um anexo divergente do demonstrativo integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021, mas considerando que foi comprovado que a Lei Municipal nº 688/2020 e seus anexos encontram-se atualmente divulgados no Portal Transparência do Município, afasta-se a irregularidade apontada. Contudo, sugere-se ao Conselheiro Relator a seguinte expedição de recomendação ao Chefe do Poder Executivo de Lambari D'Oeste:

Informe no texto da publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em meio oficial, o endereço eletrônico em que o texto da lei e os anexos obrigatórios





possam ser acessados pelos cidadãos e divulgue, tempestivamente, no Portal Transparência do Município, tanto a lei quanto os anexos que efetivamente integraram esta peça orçamentária. **Prazo de Implementação: Próxima publicação da LDO.**

Situação da análise: SANADO

3.2) *Os anexos obrigatórios que acompanham a Lei Orçamentária do Município de Lambari D'Oeste não foram divulgados no Portal Transparência do Município, contrariando o art. 48, LRF. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA*

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

O artigo 37 da Constituição Federal elenca o princípio da publicidade como um dos princípios a serem observados pela Administração Pública. Consiste na obrigação de divulgação dos atos oficiais, documentos ou informações em meio oficial, podendo ser o Diário Oficial do Ente ou outro que o Chefe do Poder Executivo decreta como oficial (Diário Oficial do Estado, Diário Oficial de Contas ou Jornal Oficial da AMM).

No caso de leis orçamentárias, além da publicidade é exigida a ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos, como instrumento de transparência da gestão fiscal nos termos do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Verificou-se que a Lei Orçamentária foi publicada em meio oficial (Jornal Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 10/12/2020, Edição nº 3.623) e divulgada no site da prefeitura, contudo, os seus anexos não foram disponibilizados no Portal Transparência do Município (<https://lambaridoestemt.com.br/transparencia-municipal/legislacao/leis-ordinarias> [pagina=3&q=2020&classificar=date&ordenar=desc&tipo=ano#listagem](#) acesso realizado em 24/05/2022), conforme comprova-se a seguir:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

https://lambardoestemt.com.br/transparencia-municipal/legislacao/leis-ordinarias/?pagina=38q=2020&classificacao=des&tipo=ano#listagem

Publicado: 09/12/2020 às 15:12 - Lei Ordinária, Lei Municipal - 161

LEI Nº 688, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Lambari D'Oeste para o exercício Financeiro de 2021 e dá outras providências."

Publicado: 09/12/2020 às 15:14 - Lei Ordinária, LDO - 163

LEI Nº 689, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lambari D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2021."

Publicado: 09/12/2020 às 15:15 - Lei Ordinária, Lei Municipal - 161

LEI Nº 690, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

"Dispõe sobre o Regime de Planilhas Médicas, e outras providências."

Publicado: 09/12/2020 às 15:17 - Lei Ordinária, Lei Municipal - 161

LEI Nº 691, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

"Fixa o subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara para o quadriênio de 2021 a 2024 e dá outras providências."

Publicado: 10/12/2020 às 15:18 - Lei Ordinária, Lei Municipal - 161

1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021

CATEGORIAS

- Lei Ordinária
- Lei Municipal
- LDO
- LDA
- PPA
- Orçamentos

lambardoestemt.com.br/transparencia-municipal/legislacao/leis-ordinarias/689-lei-n-689-de-09-de-dezembro-de-2020

Transparência Municipal

Home > Transparência Municipal > Legislação > Leis Ordinárias

LEI Nº 689, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Autenticação Municipal de Lambari D'Oeste - Lei Ordinária, Lei Municipal - Publicado: 09/12/2020 às 15:15 - Visualizações: 102

Registros anteriores 1 Filtros ativos

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lambari D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2021."

| Anexo | Publicação | Tamanho | Opções |
|---------------------------------------|---------------------|----------|-------------------|
| LEI Nº 689, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020 | 09/12/2020 às 15:15 | 594.2 KB | Imprimir Download |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARÍ D'OESTE

LEI MUNICIPAL Nº 689/2020,
De 09 de Dezembro de 2020.

Autor: Poder Executivo

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lambari D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2021."

Plano: 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1041 1042 1043 1044 1045 1046 1047 1048 1049 1050 1051 1052 1053 1054 1055 1056 1057 1058 1059 1060 1061 1062 1063 1064 1065 1066 1067 1068 1069 1070 1071 1072 1073 1074 1075 1076 1077 1078 1079 1080 1081 1082 1083 1084 1085 1086 1087 1088 1089 1090 1091 1092 1093 1094 1095 1096 1097 1098 1099 1100 1101 1102 1103 1104 1105 1106 1107 1108 1109 1110 1111 1112 1113 1114 1115 1116 1117 1118 1119 1120 1121 1122 1123 1124 1125 1126 1127 1128 1129 1130 1131 1132 1133 1134 1135 1136 1137 1138 1139 1140 1141 1142 1143 1144 1145 1146 1147 1148 1149 1150 1151 1152 1153 1154 1155 1156 1157 1158 1159 1160 1161 1162 1163 1164 1165 1166 1167 1168 1169 1170 1171 1172 1173 1174 1175 1176 1177 1178 1179 1180 1181 1182 1183 1184 1185 1186 1187 1188 1189 1190 1191 1192 1193 1194 1195 1196 1197 1198 1199 1200 1201 1202 1203 1204 1205 1206 1207 1208 1209 1210 1211 1212 1213 1214 1215 1216 1217 1218 1219 1220 1221 1222 1223 1224 1225 1226 1227 1228 1229 1230 1231 1232 1233 1234 1235 1236 1237 1238 1239 1240 1241 1242 1243 1244 1245 1246 1247 1248 1249 1250 1251 1252 1253 1254 1255 1256 1257 1258 1259 1260 1261 1262 1263 1264 1265 1266 1267 1268 1269 1270 1271 1272 1273 1274 1275 1276 1277 1278 1279 1280 1281 1282 1283 1284 1285 1286 1287 1288 1289 1290 1291 1292 1293 1294 1295 1296 1297 1298 1299 1300 1301 1302 1303 1304 1305 1306 1307 1308 1309 1310 1311 1312 1313 1314 1315 1316 1317 1318 1319 1320 1321 1322 1323 1324 1325 1326 1327 1328 1329 1330 1331 1332 1333 1334 1335 1336 1337 1338 1339 1340 1341 1342 1343 1344 1345 1346 1347 1348 1349 1350 1351 1352 1353 1354 1355 1356 1357 1358 1359 1360 1361 1362 1363 1364 1365 1366 1367 1368 1369 1370 1371 1372 1373 1374 1375 1376 1377 1378 1379 1380 1381 1382 1383 1384 1385 1386 1387 1388 1389 1390 1391 1392 1393 1394 1395 1396 1397 1398 1399 1400 1401 1402 1403 1404 1405 1406 1407 1408 1409 1410 1411 1412 1413 1414 1415 1416 1417 1418 1419 1420 1421 1422 1423 1424 1425 1426 1427 1428 1429 1430 1431 1432 1433 1434 1435 1436 1437 1438 1439 1440 1441 1442 1443 1444 1445 1446 1447 1448 1449 1450 1451 1452 1453 1454 1455 1456 1457 1458 1459 1460 1461 1462 1463 1464 1465 1466 1467 1468 1469 1470 1471 1472 1473 1474 1475 1476 1477 1478 1479 1480 1481 1482 1483 1484 1485 1486 1487 1488 1489 1490 1491 1492 1493 1494 1495 1496 1497 1498 1499 1500 1501 1502 1503 1504 1505 1506 1507 1508 1509 1510 1511 1512 1513 1514 1515 1516 1517 1518 1519 1520 1521 1522 1523 1524 1525 1526 1527 1528 1529 1530 1531 1532 1533 1534 1535 1536 1537 1538 1539 1540 1541 1542 1543 1544 1545 1546 1547 1548 1549 1550 1551 1552 1553 1554 1555 1556 1557 1558 1559 1560 1561 1562 1563 1564 1565 1566 1567 1568 1569 1570 1571 1572 1573 1574 1575 1576 1577 1578 1579 1580 1581 1582 1583 1584 1585 1586 1587 1588 1589 1590 1591 1592 1593 1594 1595 1596 1597 1598 1599 1600 1601 1602 1603 1604 1605 1606 1607 1608 1609 1610 1611 1612 1613 1614 1615 1616 1617 1618 1619 1620 1621 1622 1623 1624 1625 1626 1627 1628 1629 1630 1631 1632 1633 1634 1635 1636 1637 1638 1639 1640 1641 1642 1643 1644 1645 1646 1647 1648 1649 1650 1651 1652 1653 1654 1655 1656 1657 1658 1659 1660 1661 1662 1663 1664 1665 1666 1667 1668 1669 1670 1671 1672 1673 1674 1675 1676 1677 1678 1679 1680 1681 1682 1683 1684 1685 1686 1687 1688 1689 1690 1691 1692 1693 1694 1695 1696 1697 1698 1699 1700 1701 1702 1703 1704 1705 1706 1707 1708 1709 1710 1711 1712 1713 1714 1715 1716 1717 1718 1719 1720 1721 1722 1723 1724 1725 1726 1727 1728 1729 1730 1731 1732 1733 1734 1735 1736 1737 1738 1739 1740 1741 1742 1743 1744 1745 1746 1747 1748 1749 1750 1751 1752 1753 1754 1755 1756 1757 1758 1759 1760 1761 1762 1763 1764 1765 1766 1767 1768 1769 1770 1771 1772 1773 1774 1775 1776 1777 1778 1779 1780 1781 1782 1783 1784 1785 1786 1787 1788 1789 1790 1791 1792 1793 1794 1795 1796 1797 1798 1799 1800 1801 1802 1803 1804 1805 1806 1807 1808 1809 1810 1811 1812 1813 1814 1815 1816 1817 1818 1819 1820 1821 1822 1823 1824 1825 1826 1827 1828 1829 1830 1831 1832 1833 1834 1835 1836 1837 1838 1839 1840 1841 1842 1843 1844 1845 1846 1847 1848 1849 1850 1851 1852 1853 1854 1855 1856 1857 1858 1859 1860 1861 1862 1863 1864 1865 1866 1867 1868 1869 1870 1871 1872 1873 1874 1875 1876 1877 1878 1879 1880 1881 1882 1883 1884 1885 1886 1887 1888 1889 1890 1891 1892 1893 1894 1895 1896 1897 1898 1899 1900 1901 1902 1903 1904 1905 1906 1907 1908 1909 1910 1911 1912 1913 1914 1915 1916 1917 1918 1919 1920 1921 1922 1923 1924 1925 1926 1927 1928 1929 1930 1931 1932 1933 1934 1935 1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951 1952 1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021

Verificou-se, ainda, que no Portal Transparência do Município só é possível encontrar o texto normativo da LOA/2021 quando se consulta pela aba "Leis Municipal" do exercício de 2020, mas quando realiza-se a consulta pela aba "LOA" (<https://lambardoestemt.com.br/transparencia-municipal/legislacao/loa> acesso realizado em 24/05/2022) constata-se que apenas as leis orçamentárias referentes aos exercícios de 1994, 2018, 2019 e 2020 estão atualmente divulgadas no site, conforme ilustra-se a seguir:



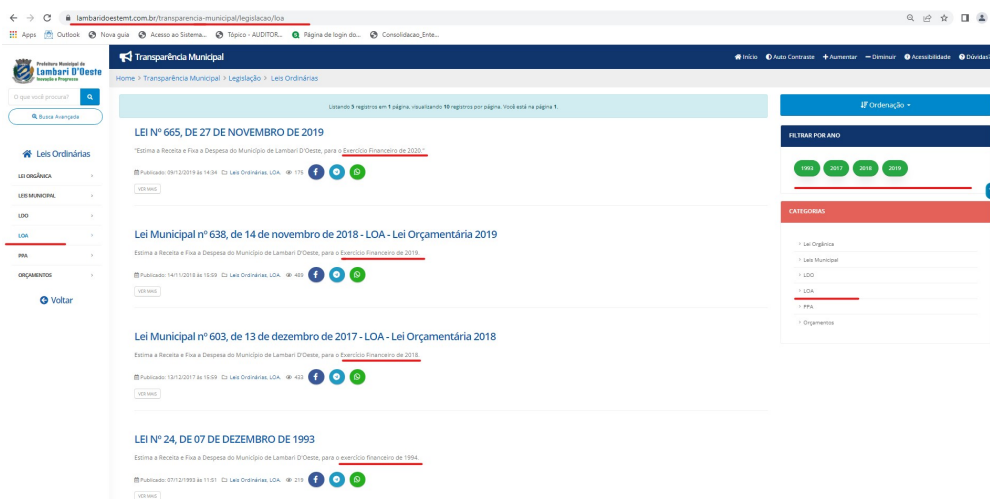


Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br



Destaca-se que a constatação de ausência de publicação e disponibilização dos anexos que integram a LOA no Portal Transparência integrou as Contas de Governo do exercício de 2020 no Relatório Técnico Preliminar (Protocolos Control-P 10.114-1/2020). Portanto, tem-se reincidência quanto ao descumprimento de divulgação dos anexos que integram a LOA no Portal Transparência do Município.

Manifestação da defesa:

A Defesa alega que como ficou pendente somente a publicação no portal da transparência no link informado pelo técnico do TCE-MT, <https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/loa#listagem>, a administração providenciou as publicações dos ANEXOS da Lei nº 689/2020 no link informado pelo TCE.

Alega ainda que a Lei nº 689/2020–LOA/2021 e seus anexos já se encontravam publicado, mas em outro link <http://177.222.234.81:8079/transparencia/>, no qual a publicação das informações de receitas e despesas e relatórios de planejamento a sua publicação é automática, conforme é lançado no software da prefeitura as informações já vão automáticas para o site, demonstrando print deste site.

Assim sendo, a Defesa solicita o saneamento do item.

Análise da defesa:

Considerando a manifestação defensiva, procedeu-se, nesta oportunidade, nova consulta ao Portal Transparência do Município (<https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/leis-ordinarias#listagem>), e verificou-se que neste link constam divulgados o texto da Lei nº 689/2020 (LOA/2021) e os seus respectivos anexos, conforme demonstra-se a seguir:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

← → ↻ lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/leis-ordinarias/5673-lei-municipal-n-689-de-09-de-dezembro-de-2020

Outlook Nova guia Acesso ao Sistema... Tópico - AUDITOR... Página de login do... Consolidacao_Ent... Instruções de Proce...

Leis Municipais

Home > Transparência > Legislação > Leis Municipais

O que você procura?

Leis Municipais

- LEIS ORDINARIAS
- LEIS COMPLEMENTARES
- LEI ORÇAMENTÁRIA
- LDO
- PPA
- LOA
- CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE
- CÓDIGO DE OBRAS
- CÓDIGO DE POSTURAS
- CÓDIGO SANITÁRIO
- CÓDIGO TRIBUTÁRIO
- CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
- COVID-19
- ESTATUTO DO MAGISTÉRIO
- ESTATUTO DO SERVIDOR
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- PMO
- IPU
- EDUCAD

LEI MUNICIPAL Nº 689, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lambari D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2021.”

Autor: Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste | Leis Municipais, Leis Ordinárias | Aprobada e Sancionada: 09/12/2020 | Visualizações: 238

Registros anteriores | Próximo registro

| Título | Data | Tamanho | Opções |
|--|---------------------|----------|--|
| LEI Nº 689, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020 | 09/12/2020 às 15:19 | 394.2 KB | Abrir Download |
| 01.01 - EVOLUÇÃO DA RECEITA | 14/07/2022 às 15:47 | 25.2 KB | Abrir Download |
| 01.02 - EVOLUÇÃO DA DESPESA | 14/07/2022 às 15:47 | 16.2 KB | Abrir Download |
| 01.03 - RELAÇÃO DE PROGRAMAS | 14/07/2022 às 15:47 | 15.1 KB | Abrir Download |
| 01.04 - RELAÇÃO DE PROJETOS | 14/07/2022 às 15:47 | 25.1 KB | Abrir Download |
| 01.05 - RELAÇÃO DE ATIVIDADES | 14/07/2022 às 15:47 | 27.6 KB | Abrir Download |
| 01.08 - LEGISLAÇÃO DA RECEITA | 14/07/2022 às 15:47 | 80.3 KB | Abrir Download |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA | 14/07/2022 às 15:47 | 24.3 KB | Abrir Download |
| ANEXO 2.a - RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS | 14/07/2022 às 15:47 | 54.5 KB | Abrir Download |
| ANEXO 2.b - CONSOLIDAÇÃO GERAL POR NATUREZA DA DESPESA | 14/07/2022 às 15:47 | 29.1 KB | Abrir Download |
| ANEXO 2.c - NATUREZA DA DESPESA | 14/07/2022 às 15:47 | 90.4 KB | Abrir Download |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA | 14/07/2022 às 15:47 | 24.3 KB | Abrir Download |
| ANEXO 2.a - RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS | 14/07/2022 às 15:47 | 54.5 KB | Abrir Download |
| ANEXO 2.b - CONSOLIDAÇÃO GERAL POR NATUREZA DA DESPESA | 14/07/2022 às 15:47 | 29.1 KB | Abrir Download |
| ANEXO 2.c - NATUREZA DA DESPESA | 14/07/2022 às 15:47 | 90.4 KB | Abrir Download |
| ANEXO 2.d - NATUREZA DA DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE | 14/07/2022 às 15:47 | 121.1 KB | Abrir Download |
| ANEXO 6 - PROGRAMA DE TRABALHO | 14/07/2022 às 15:47 | 56.9 KB | Abrir Download |
| ANEXO 7 - PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO | 14/07/2022 às 15:50 | 49.8 KB | Abrir Download |
| ANEXO 8 - PROGRAMA DE TRABALHO CONFORME VÍCULOS | 14/07/2022 às 15:50 | 31.9 KB | Abrir Download |
| ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES | 14/07/2022 às 15:50 | 28.7 KB | Abrir Download |
| ANEXO 10.a - FUNDOS ESPECIAIS | 14/07/2022 às 15:50 | 32.1 KB | Abrir Download |
| ANEXO 11 - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL | 14/07/2022 às 15:50 | 24.8 KB | Abrir Download |

Registros anteriores | Próximo registro

Voltar à página anterior | Ir ao topo

Fonte: Portal Transparência do Município
(<https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/leis-ordinarias#listagem>)

Verificou-se, ainda, que no Portal Transparência do Município que só é possível encontrar o texto normativo da LOA/2021 com seus anexos quando se consulta pela aba "Leis Ordinárias", mas quando realiza-se a consulta pela aba "LOA" constata-se que constam, ainda, apenas as leis orçamentárias referentes aos exercícios de 1994, 2018, 2019 e 2020 divulgadas no site, conforme ilustra-se a seguir:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/loa#listagem

Outlook Nova guia Acesso ao Sistema... Tópico - AUDITOR... Página de login do... Consolidacao_Ente... Instruções de Proce...

Inicio Listagem: LOA Busca Avançada

Lista 9 registros em 1 página, visualizando 10 registros por página. Você está na página 1.

LEI MUNICIPAL Nº 665, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lambari D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2020."

Aprovada e Sancionada, 09/12/2019 Lei Municipal, LOA: 269

VER MAIS

Lei Municipal nº 638, de 14 de novembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária 2019

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lambari D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2019

Aprovada e Sancionada, 14/11/2018 Lei Municipal, LOA: 559

VER MAIS

Lei Municipal nº 603, de 13 de dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária 2018

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lambari D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2018

Aprovada e Sancionada, 13/12/2017 Lei Municipal, LOA: 511

VER MAIS

LEI MUNICIPAL Nº 459, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

Autor: Poder Executivo "Dispõe sobre a Inclusão/Alteração de Projetos/Atividades na Lei Municipal nº 455/2012, de Lei de Diretrizes Orçamentária do Município de Lambari DA CRUZ, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a : suplementar as ações (Projetos/Atividades) na Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício[...]"

Aprovada e Sancionada, 30/10/2012 Lei Municipal, Leis Ordinárias, LOA: 436

Fonte: Portal Transparência do Município
(<https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/legislacao/loa#listagem>)

Quanto à alegação da Defesa de que a Lei nº 689/2020 e seus anexos já se encontravam divulgados em outro link (<http://177.222.234.81:8079/transparencia/>), ressalta-se que não foi esclarecido pelo defendente qual o caminho para acessar este link no site da Prefeitura Municipal, bem como o motivo de existir dois endereços eletrônicos para acessar o Portal Transparência do Município.

De toda forma, restou comprovado que encontra-se divulgados, atualmente, no Portal Transparência do Município a LOA/2021 e seus anexos, ainda que intempestivamente, e, por isso, afasta-se a irregularidade apontada. Contudo, sugere-se ao Conselheiro Relator a seguinte expedição de recomendação ao Chefe do Poder Executivo de Lambari D'Oeste:

Informe no texto da publicação da Lei Orçamentária Anual, em meio oficial, o endereço eletrônico em que o texto da lei e os anexos obrigatórios possam ser acessados pelos cidadãos e divulgue, tempestivamente, no Portal Transparência do Município, tanto a lei quanto os seus anexos obrigatórios. **Prazo de Implementação: Próxima publicação da LOA.**

Situação da análise: SANADO

3.3) Ausência de comprovação de que as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, portanto,





em desconformidade com o art. 209 da CE e art. 49 da LRF. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

Inicialmente, cabe destacar que o art. 209 da Constituição Estadual-CE estabelece que as contas anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara deverão ficar, durante sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro, à disposição na própria Prefeitura e na Câmara Municipal, após divulgação prevista na Lei Orgânica Municipal, de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei.

No mesmo sentido, prescreve o art. 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF sobre as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, a saber:

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Verificou-se que o Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste encaminhou a esta Corte de Contas uma declaração (Documento Digital nº 110100/2022 e Apêndice Q deste relatório) atestando que as Contas de Governo se encontravam à disposição dos contribuintes no Portal Transparência do Município, bem como que foram encaminhadas ao Poder Legislativo na data de 12/02/2022, conforme documento ilustrado a seguir:





**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMبارI D'OESTE
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**

DECLARAÇÃO

Atesto para todos os devidos fins que as Contas de Governo de 2021 da Prefeitura Municipal Lambari D'Oeste - MT estão à disposição dos contribuintes, se encontra publicado no JORNAL e no site <https://lambaridoestemt.com.br/> no link <http://177.222.234.81:8079/transparencia/>

Declaro ainda que as Contas de Governo da Prefeitura do exercício de 2021 foram encaminhadas ao legislativo deste município, para conhecimento e acompanhamento na data de 12 de fevereiro de 2022.

Sendo só para o momento,

Lambari D'Oeste – MT, 11 de abril de 2022.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

Fonte: Sistema Control P/ Processo nº 412813/2021/Doc.Digital nº 110100/2022.

Contudo, em consulta ao Link acima informado pelo gestor (<https://177.222.234.81:8079/transparencia/> acesso realizado em 27/05/2022) não foi possível acessar as referidas contas anuais de governo, conforme comprova-se a seguir:



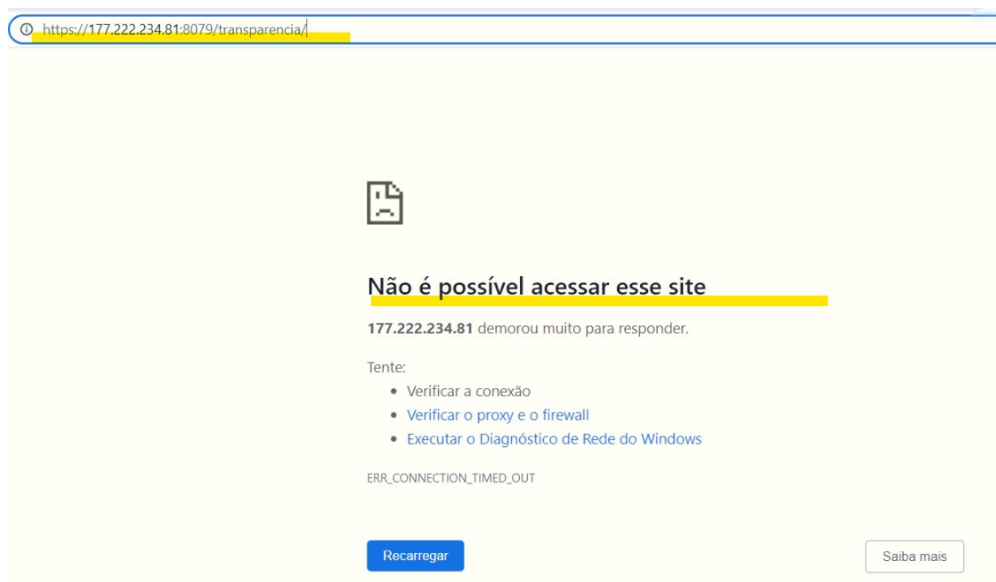


Tribunal de Contas
Mato Grosso

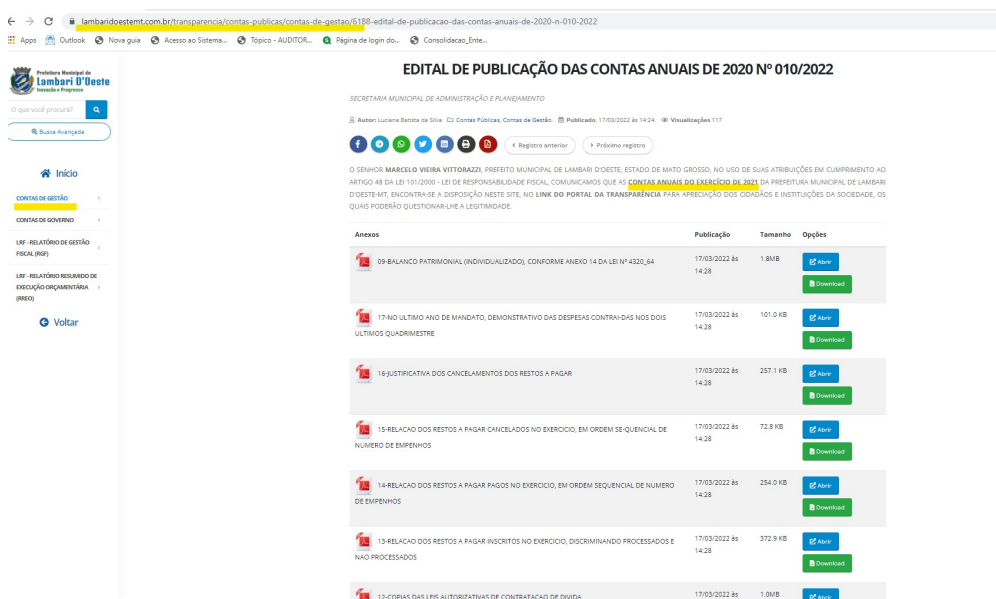
3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br



Nesta oportunidade, verificou-se ainda que constam no Portal Transparência do Município (<https://lambaridoestemt.com.br/transparencia/> acesso em 27/05/2022) apenas as Contas de Gestão referentes ao exercício de 2021, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: <https://lambaridoestemt.com.br/transparencia/contas-publicas/contas-de-gestao>

Registra-se que ao acessar a aba "Contas de Governo" do Portal Transparência constatou-se que atualmente só encontram divulgadas as Contas Anuais de Governo referentes ao exercício de 2020:

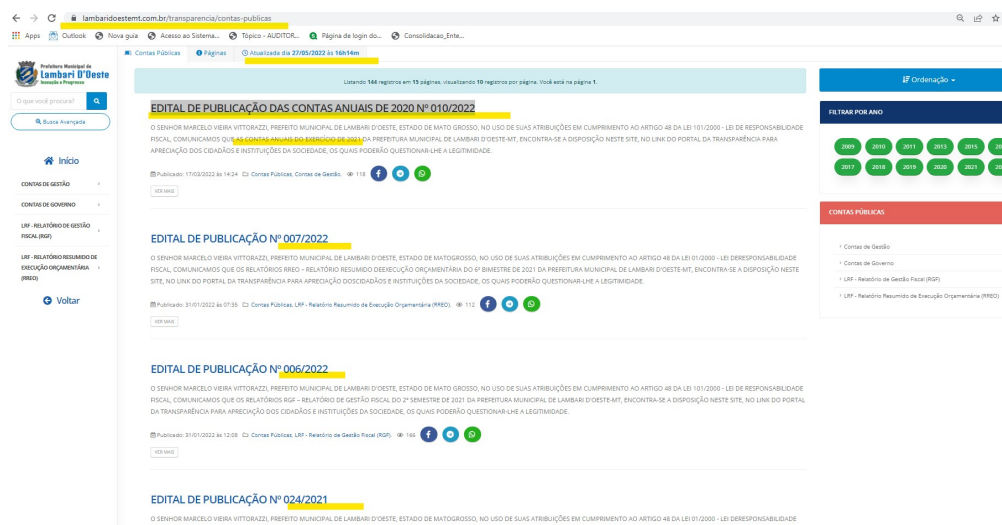




F o n t e :

<https://lambaridoestemt.com.br/transparencia/contas-publicas/4923-edital-de-publicacao-das-contas-anuais-de-govern>

Inclusive, dos editais sobre as contas públicas divulgados em 2022 no referido Portal Transparência (<https://lambaridoestemt.com.br/transparencia/contas-publicas> acesso realizado em 27/05/2022), observa-se que apenas o Edital de Publicação nº 010/2022 trata-se de contas anuais referente ao exercício de 2021, mas, como ilustrado acima, refere-se a divulgação das contas anuais de gestão e não de governo, conforme segue:



Fonte: <https://lambaridoestemt.com.br/transparencia/contas-publicas>

Quanto à disposição das contas de governo relativas ao exercício de 2021 na Câmara Municipal, o Prefeito Municipal informou que encaminhou ao Poder Legislativo na data de 12/02/2022, conforme declaração acima ilustrada, contudo, não anexou a comprovação do referido encaminhamento nos autos do Documento Digital nº 110100/2022, anexado a este processo de contas nº 412813/2021. Além disso, o Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, não respondeu ao Ofício nº 58/2022, expedido pela 3ª Secretaria de Controle Externo, declarando se as contas anuais de governo de 2021 encontravam-se ou não à disposição dos contribuintes no Poder Legislativo.





Assim, não restou comprovado que as contas anuais de governo relativas ao exercício de 2021, encontram à disposição dos contribuintes na Prefeitura e na Câmara Municipal, nos termos do que dispõe o art. 209 da Constituição Estadual e art. 49 da LRF.

Manifestação da defesa:

A Defesa informa que a internet da entidade possui muitas oscilações, e que no mês de maio o servidor de dados do município apresentou problemas no HD onde perderam-se várias informações, ficando na manutenção, retornando no dia 02/06/2022. Informa ainda que o link da publicação (<http://177.222.234.81:8079/transparencia/>), declarado pelo prefeito, fica vinculado direto em um software de informática, assim, sem acesso ao sistema, prejudica o acesso deste link.

A Defesa aduz ainda que o Balanço Geral de Governo de 2021 ficou à disposição de todos os cidadãos a partir do dia 12/02/2022 no portal da transparência no link <http://177.222.234.81:8079/transparencia/>, e que o encaminhamento ao Legislativo ocorreu no dia 14/02/2022, conforme protocolo em anexo fls (592).

Em relação ao outro link informado pelo técnico no relatório das contas de governo, a Defesa alega que Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste informou ao responsável, o qual repassou o link <https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/contas-publicas/contas-degoverno/6573-edital-de-publicacao-das-co> sobre a publicação do Edital, conforme comprovante em anexo fls (593 e 594).

Diante do exposto, a Defesa solicita o saneamento do item.

Análise da defesa:

Verifica-se que a Defesa justifica sobre a não funcionalidade do link em que as Contas Anuais de Governo de 2021 estavam divulgadas, contudo, não apresenta nenhum documento comprobatório da sua afirmação.

Verifica-se ainda que, embora o técnico responsável tenha informado sobre a divulgação em 30/04/2021 do Edital de Publicação das Contas de Anuais de Governo de 2021 nº 014/2022 (Documento Digital nº 164976/2022, fls 493 e 494), observou-se que no Portal Transparência do Município (<https://lambaridoestemt.com.br/transparencia/contas-publicas> acesso realizado em 27/05/2022), constava, até 27/05/2022, a divulgação apenas do Edital de Publicação nº 010/2022, o qual tratava-se de contas anuais de gestão e não de governo referente ao exercício de 2021, conforme constou no Relatório Técnico Preliminar (Documento Digital nº 143670/2022).

Nesta oportunidade, em consulta ao Portal Transparência (<https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/contas-publicas/contas-de-governo#listagem>), constatou-se que encontram-se, atualmente, divulgadas as contas anuais de governo referente ao exercício de 2021, conforme ilustra-se a seguir:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

← → ↻ lambardoeste.mt.gov.br/transparencia/contas-publicas/contas-de-governo/6573-edital-de-publicacao-das-contas-anuais-de-governo-de-2021-n-014-2022

Outlook Nova guia Acesso ao Sistema... Tópico - AUDITOR... Página de login do... Consolidacao...Ente... Instruções de Proce...

Transparência

Home > Transparência > Contas Públicas

O que você procura?

Busca Avançada

Início

CONTAS DE GESTÃO

CONTAS DE GOVERNO

URF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)

URF - RELATÓRIO RESUMO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

Voltar

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2021 Nº 014/2022

Aster Luciana Batista da Silva Contas Públicas, Contas de Governo. Publicado: 30/04/2021 às 09:23. Visualizações 121

Registro anterior Próximo registro

O senhor Marcelo Vitorazzi Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições em cumprimento ao artigo 31, § 3º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual, comunica que as Contas Anuais de Governo/2021 do município Lambari D'Oeste - MT, referentes ao exercício financeiro de 2021, encontram-se a disposição para apreensão dos cidadãos e instituições de sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

Em caso de dúvida entrar em contato: <https://www.lambardoeste.mt.gov.br/ouvidoria/> ou disque ouvidoria 65 3228-1178.

| Título | Data | Tamanho | Opções |
|---|---------------------|----------|--|
| ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS | 30/04/2021 às 09:32 | 2,31kB | Abrir Download |
| ANEXO 02 - DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS | 30/04/2021 às 09:32 | 1,31kB | Abrir Download |
| ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR ORÇÃO | 30/04/2021 às 09:32 | 1,31kB | Abrir Download |
| ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE | 30/04/2021 às 09:32 | 608,3 KB | Abrir Download |
| ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS | 30/04/2021 às 09:32 | 1,31kB | Abrir Download |
| ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO | 30/04/2021 às 09:32 | 522,3 KB | Abrir Download |
| ANEXO 07 - PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES | 30/04/2021 às 09:32 | 489,3 KB | Abrir Download |

← → ↻ lambardoeste.mt.gov.br/transparencia/contas-publicas/contas-de-governo/6573-edital-de-publicacao-das-contas-anuais-de-governo-de-2021-n-014-2022

Outlook Nova guia Acesso ao Sistema... Tópico - AUDITOR... Página de login do... Consolidacao...Ente... Instruções de Proce...

Transparência

Home > Transparência > Contas Públicas

O que você procura?

Busca Avançada

Início

CONTAS DE GESTÃO

CONTAS DE GOVERNO

URF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)

URF - RELATÓRIO RESUMO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

Voltar

| | | | |
|--|---------------------|----------|--|
| ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VINCULO COM RECURSOS | 30/04/2021 às 09:32 | 490,9 KB | Abrir Download |
| ANEXO 09 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORÇÃO E FUNÇÕES | 30/04/2021 às 09:32 | 480,7 KB | Abrir Download |
| ANEXO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA | 30/04/2021 às 09:32 | 507,8 KB | Abrir Download |
| ANEXO 11 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA | 30/04/2021 às 09:32 | 485,5 KB | Abrir Download |
| ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | 30/04/2021 às 09:32 | 5,21kB | Abrir Download |
| ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO | 30/04/2021 às 09:32 | 725,2 KB | Abrir Download |
| ANEXO 13 B - BALANÇO FINANCEIRO | 30/04/2021 às 09:41 | 2,01kB | Abrir Download |
| ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL | 30/04/2021 às 09:41 | 12,41kB | Abrir Download |
| ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO | 30/04/2021 às 09:41 | 2,01kB | Abrir Download |
| ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE | 30/04/2021 às 09:43 | 2,31kB | Abrir Download |
| ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL DE QUADRO DO SUPERÁVIT, DÉFICIT FINANCEIRO AJUSTADO E DO BALANÇO PATRIMONIAL | 30/04/2021 às 09:43 | 2,81kB | Abrir Download |
| ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 30/04/2021 às 09:43 | 5,51kB | Abrir Download |





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

← → ↻ lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/contas-publicas/contas-de-governo/6573-edital-de-publicacao-das-contas-aneais-de-governo-de-2021-n-014-2022

Outlook Nova guia Acesso ao Sistema... Tópico - AUDITOR... Página de login do... Consolidacao_Ente... Instruções de Proce...

Prefeitura Municipal de
Lambari D'Oeste
Município - Mato Grosso

O que você procura?

Busca Avançada

Início

CONTAS DE GESTÃO

CONTAS DE GOVERNO

LMF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)

LMF - RELATÓRIO RESUMIDO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (RRO)

Voltar

| | | | | |
|--|---------------------|---------|-----------------------|--------------------------|
| ANEXO 12-BI - BALANÇO PATRIMONIAL | 30/04/2021 às 09:41 | 12,41MB | Abrir | Download |
| ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL | 30/04/2021 às 09:41 | 12,41MB | Abrir | Download |
| ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO | 30/04/2021 às 09:41 | 2,01MB | Abrir | Download |
| ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE | 30/04/2021 às 09:43 | 2,31MB | Abrir | Download |
| ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL DI QUADRO DO SUPERÁVIT, DÉFICIT FINANCEIRO APUROADO NO BALANÇO PATRIMONIAL | 30/04/2021 às 09:43 | 2,51MB | Abrir | Download |
| ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 30/04/2021 às 09:43 | 5,51MB | Abrir | Download |
| ANEXO 16 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA | 30/04/2021 às 09:43 | 3,51MB | Abrir | Download |
| ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE | 30/04/2021 às 09:43 | 3,51MB | Abrir | Download |

[< Registro anterior](#) [> Próximo registro](#)

[Voltar à página anterior](#) [0 de 8 itens](#)


F o n t e : P o r t a l

Transparência(<https://lambaridoeste.mt.gov.br/transparencia/contas-publicas/6573-edital-de-publicacao-das-contas-an>

A Defesa também apresentou nos autos o Ofício nº 135/2022/GP de 14/07/2022(Documento Digital nº 164976/2022, fls 492), de encaminhamento do Balanço Geral de Governo do Exercício de 2021 ao Poder Legislativo Municipal, o qual foi recebido pelo contador da Câmara Municipal na mesma data da expedição do ofício, conforme evidencia-se a seguir:






ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 135/2022/GP

Lambari D'Oeste - MT, 14 de fevereiro de 2022


UG: 1127323

Exmo. Sr. Presidente,

Venho encaminhar a Vossa Excelência o **Balanco Geral de Governo do Exercício de 2021** da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT representada pelo seu Prefeito Municipal **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, portador do RG nº 06091881 SSP/MT e CPF nº 721.393.741-34, para conhecimento deste Legislativo Municipal.



Sendo só para o momento, reitero votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


MARCELO VIEIRA VITORAZZI
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
EDEMÁRIO PEREIRA LOPES
MD, Presidente do Legislativo Municipal de Lambari D'Oeste - MT
Lambari D'Oeste - MT

Rua Cidrolândia, 300N - Centro - Fone/Fax: (65) 3228-1178
CNPJ: 37.465.408/0001-49, www.lambaridoeste.mt.gov.br
E-mail: prefeito@lambaridoeste.mt.gov.br

Fonte: Sistema Control P/Processo nº 412813/2021/ Documento Digital nº 164976/2022, fls 492

Neste sentido, como há evidências da disposição das contas anuais do Município de Lambari D'Oeste de 2021 ao acesso da sociedade, na Câmara Municipal e por meio da divulgação no Portal Transparência do Município, ainda que contrariando a data prevista no art. 209 da Constituição Estadual (a partir de 15 de fevereiro) para disponibilizar as contas anuais no site da Prefeitura, opina-se por afastar essa irregularidade, contudo, sugere-se ao Conselheiro Relator a expedição da seguinte recomendação ao Chefe do Poder Executivo:

Disponibilize as contas anuais, a partir do dia quinze de fevereiro, a qualquer contribuinte para exame e apreciação, na própria Prefeitura e na Câmara Municipal, em





cumprimento ao art. 209 da Constituição Estadual e art. 49 da LRF: **Prazo de Implementação: Após a elaboração e publicação das Contas Anuais de Governo referente ao Exercício de 2022.**

Situação da análise: **SANADO**

4) FB02 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_02. Abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais – sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior (art. 167, V, a Constituição Federal; art. 42, da Lei nº 4.320/1964).

4.1) *Abertura de créditos adicionais suplementares sem autorização legislativa no valor de R\$ 1.677.133,87, em desobediência as previsões contidas nos Art. 167, Inciso V da CF/88 e o Art. 42 da Lei nº 4.320/64. - Tópico - 2.*
ANÁLISE DA DEFESA

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

Ao analisar as aberturas de créditos adicionais com base nas Leis nº 689/2020 e nº 715/2021, constatou-se ausência de autorização legislativa na abertura dos créditos adicionais suplementares no valor total de R\$ 1.677.133,87. O detalhamento desses créditos encontra-se demonstrado no Apêndice B deste relatório e resumido no quadro a seguir:

| Leis | Créditos autorizados | Créditos Abertos | Créditos Abertos sem autorização Legislativa |
|--------------|---|--------------------------|--|
| 00689/2020 | R\$ 8.148.000,00 (30% de 27.160.000,00 - Art. 3º) | R\$ 8.154.055,44 | R\$ 6.055,44 |
| 00715/2021 | R\$ 4.074.000,00 (15% de 27.160.000,00 - Art. 1º) | R\$ 5.745.078,43 | R\$ 1.671.078,43 |
| Total | R\$ 12.222.000,00 | R\$ 13.899.133,87 | R\$ 1.677.133,87 |

Fonte: Sistema Aplic>Peças Orçamentárias>Créditos Adicionais>Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fonte de financiamento

Elucidando os dados apresentados na tabela acima, verifica-se que:

a) A Lei Municipal nº 689//2020 (LOA) autorizou a abertura de créditos suplementares por anulação, excesso de arrecadação e superávit financeiro de exercício anterior, no valor de R\$ 8.148.000,00 (30% da despesa orçada na LOA). Com base nessa lei, foram abertos R\$ 8.154.055,44 de créditos adicionais suplementares, ou seja, R\$ 6.055,44 além do limite autorizado;

b) A Lei Municipal nº 715/2021 autorizou a abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 4.074.000,00 (15% da despesa orçada). Com base nessa lei, foram abertos R\$ 5.745.078,43 de créditos adicionais suplementares, ou seja, R\$ 1.671.078,43 além do limite autorizado.

Ainda sobre a Lei Municipal nº 715/2021 (Apêndice C deste relatório), é oportuno registrar que o Decreto nº 74/2021, no montante R\$ 509.310,01, o qual abriu um dos créditos adicionais suplementares com base na referida lei, consta com a data de **01/07/2021**, no entanto a lei é de **07/07/2021** e somente foi publicada em **09/07/2021** (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.767). Corroborando com





a ausência de autorização legislativa prévia para abertura de créditos adicionais, os registros contábeis deste crédito adicional aberto pelo Decreto nº 74/2021 (Apêndice D deste relatório) também foram registrados na mesma data deste ato administrativo (01/07/2021), conforme verifica-se nas informações encaminhadas por meio do Sistema Aplic:

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE - CNPJ: 37465408000149 -

Sistema Pgas de Planejamento Prestação de Contas Informes Mensais Informes Egrivo Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados Ajuda...

Razão Contábil

Resultado(s) da consulta

Consulta parametrizada

Mês de referência: JULHO Conta contábil: 62211000000

| Data | C. | Num. L. | Seq. | Cód. Conta | Descrição | L. | Val. débito | Val. crédito | Detalhamento | Histórico |
|------------|----|---------|------|-------------|--------------------|----|-------------|--------------|---|--|
| 01/07/2021 | 2 | 6353395 | 7 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 0,00 | 108.955,74 | 07.002.04.122.0003.20066.3.3.91.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353396 | 7 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 0,00 | 219,45 | 06.002.12.361.0040.20049.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353397 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 134.773,07 | 0,00 | 02.001.04.122.0003.20005.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353398 | 7 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 0,00 | 46.741,20 | 07.002.04.122.0003.20066.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353399 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 25.242,82 | 0,00 | 03.001.04.122.0003.20012.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353400 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 5.000,00 | 0,00 | 02.002.27.812.0044.20009.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353401 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 5.000,00 | 0,00 | 02.002.27.812.0044.20009.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353402 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 11.741,20 | 0,00 | 02.001.04.122.0003.20004.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353403 | 7 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 0,00 | 72.768,10 | 05.002.08.244.0090.20041.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353404 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 1.000,00 | 0,00 | 03.001.04.122.0003.20012.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353405 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 1.000,00 | 0,00 | 03.001.04.122.0003.20012.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353406 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 15.800,00 | 0,00 | 03.001.04.122.0003.20016.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353407 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 1.000,00 | 0,00 | 03.001.04.122.0003.20017.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353408 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 5.575,35 | 0,00 | 03.001.04.122.0003.20012.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353409 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 1.000,00 | 0,00 | 02.002.04.122.0003.20008.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353410 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 4.000,00 | 0,00 | 02.002.04.122.0003.20008.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353411 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 3.000,00 | 0,00 | 02.002.04.122.0003.20008.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353412 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 4.513,24 | 0,00 | 02.002.04.122.0003.20008.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353413 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 706,64 | 0,00 | 02.002.04.122.0003.20008.4.4.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353414 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 5.000,00 | 0,00 | 02.001.04.122.0003.10080.4.4.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353415 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 500,00 | 0,00 | 02.001.04.122.0003.20003.3.1.91.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353416 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 3.500,00 | 0,00 | 02.001.04.122.0003.20003.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353417 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 1.000,00 | 0,00 | 02.001.04.122.0003.20004.3.1.91.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353418 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 1.000,00 | 0,00 | 02.001.04.122.0003.20005.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353419 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 200,00 | 0,00 | 02.002.04.122.0003.20008.3.1.91.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353420 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 750,00 | 0,00 | 02.002.27.812.0044.10089.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353421 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 4.000,00 | 0,00 | 02.002.27.812.0044.10089.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353422 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 2.000,00 | 0,00 | 02.002.27.812.0044.10089.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353423 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 2.000,00 | 0,00 | 02.002.27.812.0044.10089.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | 2 | 6353424 | 8 | 62211000000 | CREDITO DISPONIVEL | 1 | 4.000,00 | 0,00 | 02.002.27.812.0044.10089.3.3.90.00.00.0.1.00.000000 | Suplementação - Decreto No. 74 de 01/07/2021 |
| | | | | | | | 509.310,01 | 509.310,01 | | |

Fonte: Sistema Aplic/ Informes Mensais/Contabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil.

Neste sentido, é oportuno registrar o entendimento desta Corte de Contas sobre a retroatividade de lei, conforme consta no Boletim de Jurisprudência deste Tribunal (Edição Consolidada: fevereiro/2014 a dezembro/2020, pág. 95):

14.3. CRÉDITOS ADICIONAIS

Planejamento. Créditos adicionais. Regularização de créditos por retroatividade de lei.

Não há a possibilidade de se empregar a retroatividade de lei para regularizar créditos adicionais abertos sem prévia lei autorizadora. De acordo com o art. 167, V, da Constituição Federal, a abertura de créditos adicionais deve ser precedida de autorização legislativa, não sendo possível outra interpretação desse dispositivo.

(Contas Anuais de Governo. Relatora: Conselheira Substituta Jaqueline Jacobsen. Parecer Prévio nº 2/2020- TP. Julgado em 17/02/2020. Publicado no DOC/TCE-MT em 11/03/2020. Processo nº 16.738-0/2018).

Manifestação da defesa:

A Defesa informa que a Lei Orçamentária Anual - Lei 689/2020, autoriza o remanejamento de dotação em 30% do valor de seu orçamento total, ou seja, até o valor de R\$ 8.148.000,00, já a Lei nº 715/2021 autoriza mais 15% de remanejamento do valor total do orçamento do município, mas ao realizar o controle do percentual de remanejamento, o seu pessoal se equivocou no percentual da Lei nº 715/2021 com o da Lei nº 689/2020.





A Defesa esclarece que assumiu a gestão no exercício de 2021, mas seu orçamento foi aprovado no exercício de 2020, e, por isso, teve que fazer várias alterações no orçamento/2021 para adequação de sua proposta de governo. Esclarece ainda, que outro fator foi que o valor do orçamento ficou abaixo da realidade, como pode-se observar o Município teve um excesso de arrecadação de R\$ 13.078.233,43, ou seja, mais de treze milhões.

A Defesa aduz ainda que outro ponto que pode ser observado é a execução do orçamento, no Balanço Orçamentário de 2021, no quadro das despesas orçamentárias das Contas de Governo, o seu orçamento inicial era de R\$ 27.160.000,00 sendo que as despesas atualizadas totalizaram o valor de R\$ 37.069.213,00 e as despesas empenhadas no valor de R\$ 32.518.815,34, ou seja, teve um saldo de dotação não utilizado no valor de R\$ 4.550.397,66 .

Assim sendo, mesmo que a equipe da Prefeitura se equivocou no controle do percentual de remanejamento, a maioria dos recursos abertos no exercício não foi utilizado, sendo que finalizou com um saldo de R\$ 4.550.397,66, ou seja, os créditos abertos a maior não foi utilizado.

Diante do exposto, a Defesa pede pelo princípio da razoabilidade, que sanem o apontamento.

Análise da defesa:

Verifica-se que a Defesa reconhece a irregularidade, já que admite que a Equipe da Prefeitura Municipal se equivocou no percentual de suplementação autorizado pela Lei nº 715/2021, mas tenta justificar tal fato nas falhas de planejamento da gestão anterior ao elaborar a Lei Orçamentária Anual, bem como nas alterações orçamentária que realizou para adequar o orçamento de 2021 ao seu programa de governo.

Em que pese as justificativas apresentadas, a abertura de crédito adicional suplementar depende de prévia autorização legislativa, por força do princípio da legalidade das despesas previsto no art. 167, inciso V, da CF, *in verbis*:

Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Salienta-se que o art. 40 da Lei 4.320/64 permite que sejam abertas novas dotações para ajustar o orçamento e incluir autorização para despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual, contudo, como trata-se de alteração legal, é necessária a aprovação de outra lei ou outro instrumento com força lei ou, ainda, de autorização legal inserida na própria LOA.

Conforme constou no Relatório Técnico Preliminar, houve abertura de créditos adicionais acima do valor autorizado pela Lei nº 689/2020- LOA/2021 (R\$ 6.055,44) e pela Lei nº 715/2021 (R\$ 1.671.078,43), portanto, mesmo o limite fixado na LOA de 30% para suplementação de créditos adicionais foi descumprido pela Administração Municipal.

Ademais, não desconfigura a irregularidade apontada de abertura de créditos sem autorização





legislativa o fato de ter ocorrido sobra de dotações orçamentárias no exercício financeiro em análise, haja vista que a autorização de abertura de créditos adicionais precede o estágio da execução da despesa.

Dessa forma, como a Defesa não apresentou argumentos ou documentações que comprovassem que os créditos adicionais abertos no valor de R\$ 1.677.133,87 foram autorizados por lei, resta comprovado o descumprimento do art. 167, inciso V, CF, ficando, por isso, mantido o apontamento.

Situação da análise: **MANTIDO**

4.2) O crédito adicional aberto pelo Decreto nº 118, editado em 03/11/2021, no valor de R\$ 317.900,00, antecede a vigência da Lei Municipal nº 726/2021, caracterizando créditos adicionais abertos sem prévia lei autorizadora, o que resultou no descumprimento das previsões do Art. 167, Inciso V da CF/88 e do Art. 42 da Lei nº 4.320/64. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

Inicialmente, cabe registrar que embora o crédito adicional aberto pelo Decreto nº 118/2021 (Apêndice F), no valor de R\$ 317.900,00, conste registrado, no Sistema Aplic, como um crédito adicional suplementar, a Lei Municipal nº 726/2021(Apêndice E) dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial do orçamento do exercício de 2021.

Ao analisar o Decreto nº 118, editado em 03/11/2021, de abertura do crédito adicional, no valor de R\$ 317.900,00, verificou-se que a lei autorizativa correspondente, ou seja, a Lei Municipal nº 726, de 10/11/2021, iniciou sua vigência em 11/11/2021, conforme publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.853. Portanto, como a vigência desta Lei municipal iniciou-se em 11/11/2021 seus efeitos não podem retroagir para amparar atos jurídicos perfeitos anteriores a esta data. Todavia, consta contabilizado, no Sistema Aplic, o referido crédito adicional na mesma data do Decreto nº 118/2021 (03/11/2021), conforme comprova-se a seguir:

Fonte: Sistema Aplic/ Informes Mensais/Contabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil.





Esse fato caracteriza créditos abertos sem prévia autorização legislativa, descumprindo, assim, as previsões estabelecidas nos Art. 167, Inciso V da CF/88 e do Art. 42 da Lei nº 4.320/64, assim como a seguinte jurisprudência desta Corte de Contas (Boletim de Jurisprudência, Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, pág.95):

14.3. CRÉDITOS ADICIONAIS

Planejamento. Créditos adicionais. Regularização de créditos por retroatividade de lei.

Não há a possibilidade de se empregar a retroatividade de lei para regularizar créditos adicionais abertos sem prévia lei autorizadora. De acordo com o art. 167, V, da Constituição Federal, a abertura de créditos adicionais deve ser precedida de autorização legislativa, não sendo possível outra interpretação desse dispositivo.

(Contas Anuais de Governo. Relatora: Conselheira Substituta Jaqueline Jacobsen. Parecer Prévio nº 2/2020- TP. Julgado em 17/02/2020. Publicado no DOC/TCE-MT em 11/03/2020. Processo nº 16.738-0/2018).

Manifestação da defesa:

A Defesa alega que o Decreto nº 118/2021 é de abertura de crédito adicional especial e foi autorizado pela Lei nº 726/2021.

Em relação a data de expedição do decreto, a Defesa informa que houve erro de digitação no departamento de contabilidade e, que constatado o erro, o mesmo foi editado e republicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do estado de Mato Grosso na edição nº 4.020, conforme comprovante em anexo fls (595 a 597).

Quanto a informação no APLIC, a Defesa aduz que o departamento de contabilidade ao realizar a abertura da ficha orçamentária no sistema informatizado, digitou o tipo da ficha orçamentaria como: suplementar, sendo que o correto é tipo: crédito como especial, mas reafirma que o crédito aberto é especial, como pode-se observar tanto na Lei nº 726/2021 e no Decreto nº 118/2021 que foi republicado.

Salienta ainda que a data do decreto foi um erro de digitação, mas foi ajustado e republicado o Decreto nº 118/2021 no Jornal Diário Oficial dos Municípios, conforme comprovado em anexo.

Diante do exposto, a Defesa solicita o saneamento do item.

Análise da defesa:

Conforme constou no Relatório Técnico Preliminar (Documento Digital nº 143670/2022), o Decreto nº 118 de 03/11/2021, abriu um crédito adicional, no valor de R\$ 317.900,00, com base na Lei Municipal nº 726, de 10/11/2021, cuja vigência é de 11/11/2021 (publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.853).





Em sede de defesa, o defendente apresenta o Decreto nº 118, agora datado de 10/11/2021 e ainda publicado em 08/07/2022, conforme ilustra-se a seguir:

8 de Julho de 2022 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVII | Nº 4.026

DECRETO Nº 118, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021 - LEI N.726

 **MUNICÍPIO DE LAMBARI DOESTE**
Rua Cordeiro
37455408-0001-44 Exercício: 2021

DECRETO Nº 118, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021 - LEI N.726

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

Institui:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R\$317.900,00 distribuídos as seguintes dotações:

| Suplementação (+) | | | | 317.900,00 |
|---------------------|-----|-----------------------|---|--------------|
| 02 | 06 | 08 | FUNDEF | |
| | 758 | 12.361.0040.1127.0000 | ADQUIÇÃO DE VEICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR | 317.900,00 |
| | | 44.9052.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | F.R.: 0 1 10 |
| | | 1 | Recursos do Exercício Corrente | |
| | | 252.000 | EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS | |

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto por recursos provenientes de:

| Excesso: | | 317.900,00 |
|-------------------|----|------------|
| Fontes de Recurso | | |
| 1 | 10 | 317.900,00 |

Artigo 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAMBARI DOESTE, 10 de novembro de 2021

Fonte: Sistema Control P/ Processo nº 412813/2022/ Documento Digital nº 164976/2022, fls 495

Verifica-se que se fosse considerar a data de publicação, a vigência deste Decreto nº 118/2021 ocorreria a partir de 08/07/2022, conforme estabelece seu art. 3º, o que seria inconcebível para respaldar créditos adicionais abertos no exercício de 2021. Além disso, observa-se que só houve a correção do Decreto nº 118/2021 pela Administração Municipal após o conhecimento deste apontamento, uma vez que o gestor foi citado para manifestar-se dos apontamentos constantes no Relatório Técnico Preliminar na data de 15/06/2022 e confirmando o recebimento desta citação em 20/06/2022, conforme ilustra-se a seguir:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br



Tribunal de Contas do Estado de Mato



CUIABÁ-MT, 20/06/2022

Nº Protocolo: 412813 P Ano 2021
Nº Documento: 362/2022
Procedência: 1119320 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Principal: 1127323 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE
Assunto: CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
Palavra Chave: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Descrição: CONTAS ANUAIS DE GOVERNO REFERENTES AO EXERCÍCIO/2021
Tipo Recebimento: POR RECEBIMENTO VIA PUG

TERMO DE RECEBIMENTO

Documento recebido pelo fiscalizado PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE em
20/06/2022 07:08:17

Fonte: Sistema Control P/ Processo nº 412813/2022/ Documento Digital nº 144846/2022

Ademais, conforme dados do Sistema Aplic, abaixo evidenciado, houve a contabilização desse crédito adicional aberto na data de 03/11/2021, portanto, antes da vigência da Lei nº 726/2021:

Fonte: Sistema Aplic/ Informes Mensais/Contabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil.

Em face do exposto, não acolhe-se a justificativa e o documento apresentado pela Defesa para afastar a irregularidade, ficando mantida.

Situação da análise: MANTIDO

5) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

5.1) *Abertura de créditos adicionais com a indicação de recursos oriundos de superávit financeiro inexistente no valor de R\$ 162.558,99 nas fontes de recursos "19"e "37", conforme demonstrado no Quadro 1.2 constante no Anexo 1 deste relatório, em descumprimento as previsões contidas no art. 167, II e V, da Constituição Federal e no art. 43, § 1º, inc. I, da Lei nº 4.320/1964. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA*





Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

Ao analisar a abertura de créditos adicionais com a indicação de recursos oriundos de superávit financeiro de exercício anterior, verificou-se a inexistência de recursos no valor de R\$ 162.558,99 nas fontes de recursos "19" e "37", conforme demonstrado no "Quadro 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit" do Anexo 1 deste relatório e sintetizado no quadro a seguir:

| FONTE | SUPERÁVIT FINANCEIRO EXISTENTE | CRÉDITO ADICIONAL POR SUPERÁVIT ABERTO | CRÉDITO ADICIONAL COM SUPERÁVIT INEXISTENTE |
|--------------|--------------------------------|--|---|
| 19 | R\$ 161.794,82 | R\$ 162.178,81 | R\$ 383,99 |
| 37 | R\$ 5,71 | R\$ 162.180,71 | R\$ 162.175,00 |
| Total | R\$ 161.800,53 | R\$ 324.359,52 | R\$ 162.558,99 |

Fonte: Quadro 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior x Créditos Adicionais Financiados por Superávit.

Manifestação da defesa:

A Defesa informa que relativo ao Superávit financeiro na fonte 37 – Transferências da União referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei n. 13.885/2019, na data de 02/08/2021, foi anulado um empenho não processado de 2020 por ter sido realizado os serviços, sendo:

Empenhos a pagar não processados de 2020

| Empenho | Data de Anulação | Fonte | Valor R\$ |
|-----------|------------------|--------------|-------------------|
| 1496/2020 | 02/08/2021 | 37 | 162.175,00 |
| | | TOTAL | 162.175,00 |

Informa ainda que para comprovação desta afirmação foi anexada a cópia da anulação do empenho supracitado, conforme fls (598).

A Defesa esclarece que com a anulação do empenho o saldo do superávit financeiro aumenta na fonte de recurso 37, ou seja, o superávit era de R\$ 5,71 e passa a ser R\$ 162.180,71, demonstrando o seguinte quadro:

| DESCRIÇÃO | VALOR R\$ |
|---|------------|
| Valor do superávit financeiro na fonte 37 do exercício anterior | 5,71 |
| (+) Anulação do empenho não processado 1496/2020 | 162.180,71 |
| (=) Total do Superávit na fonte 37 | 162.180,71 |
| (-) Valor do superávit Aberto em 2021 na fonte 37 | 162.180,71 |
| (=) Saldo de superávit na fonte 37 não utilizado | 0,00 |

Relativo ao Superávit financeiro na fonte de recurso 19 – Transferência do Fundeb 30%, a Defesa informa que houve um equívoco por parte da Prefeitura quanto ao saldo do superávit financeiro desta fonte,





onde ocorreu a abertura erroneamente, que excedeu o valor de R\$ 383,99, mas ressalta que o valor aberto é insignificante e que não prejudicou a execução do processo.

Informa ainda que do total aberto no superávit da fonte 19 de R\$ 162.178,81, não foi utilizado o seu saldo total, ou seja, foi utilizada parcial (R\$ 79.600,26), restando ainda um saldo de R\$ 82.578,55, conforme cópia em anexo fls (599).

Diante do exposto, a Dedesa solicita o saneamento do item.

Análise da defesa:

Assiste, razão a Defesa de que é possível utilizar-se de recursos disponibilizados pelo cancelamento de Restos a Pagar não Processados como fonte de financiamento para a abertura de créditos adicionais, desde que efetivamente for comprovado que o procedimento provocou um superávit financeiro na respectiva fonte de recursos, conforme verifica-se na jurisprudência desta Corte de Contas (Boletim de Jurisprudência – TCE/MT - fevereiro/2014 a dezembro/2020, página 96):

Planejamento. Abertura de créditos adicionais. Cancelamento de restos a pagar não processados. Superávit financeiro.

É possível a utilização de recursos disponibilizados pela superveniência do cancelamento de Restos a Pagar não Processados como lastro financeiro para a abertura de créditos adicionais, quando restar efetivamente comprovado que o procedimento provocou um superávit financeiro na respectiva fonte de recursos.

Assim, a simples baixa dos restos a pagar, por si só, não autoriza o aproveitamento dos recursos correspondentes, sendo que, para tanto, há a necessidade de constatação de que a insubsistência da obrigação, após considerados todos os demais compromissos vinculados à respectiva fonte, provou um resultado financeiro positivo capaz de lastrear a assunção de novas obrigações de igual montante.

(Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Luiz Carlos Pereira. Parecer Prévio nº 74/2017-TP. Julgado em 14/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 30/11/2017. Processo nº 8.262-7/2016).

Desse modo, verificou-se, por meio do Sistema Aplic, que houve o cancelamento, na data de 02/08/2021, do empenho nº 4796/2019 e não do empenho nº 1496/2020, citado pela Defesa, o qual estava inscrito em Restos a Pagar não Processados, na fonte 37, conforme ilustra-se abaixo:





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE - CNPJ: 37465408000149 - [Execução dos Restos a Pagar]

Sistema | Peças de Planejamento | Prestação de Contas | Informes Mensais | Informes Egrvo Imediato | Auditoria | Impressões | Cruzamento de Dados | Ajuda...

Execução dos Restos a Pagar

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Execução dos restos a pagar

Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO
Tipo: Todos
Tipo Jurisdicionado:
RP Exercício:
Órgão:
Unid. Orçamentária:
Empenho: /

Função:
Subfunção:
Categoria:
Natureza:
Modalidade:
Elem. despesa:
Fonte: 1 selecionados

☒ Dados consolidados do Ente
* Considera os dados acumulados até a última carga enviada

Limpar parâmetros | Pesquisar [Enter]

| Tipo | Exercício | Tipo UG | Org... | Unid. Orça... | Nº Empenho | Função | Subfunção | Categoria | Natureza | Modalidade | Elemento | Fonte | CPF/CN... | Saldo anterior | RPWP... | Inscrição Pago | Cancelado | Saldo para o exerc. seguit... | |
|------|-----------|----------------------|--------|---------------|-------------|--------|-----------|-----------|----------|------------|----------|--------|-----------|----------------|---------|----------------|-----------|-------------------------------|------|
| RPWP | 2019 | PREFEITURA MUNICIPAL | 07 | 002 | 004796/2019 | 15 | 451 | 4 | 90 | 39 | 37 | 03.155 | | 162.175,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 162.175,00 | 0,00 |
| SOMA | | | | | | | | | | | | | | 162.175,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 162.175,00 | 0,00 |

Fonte: Sistema Aplic/Informes Mensais/Restos a Pagar/Execução dos Restos a Pagar

Verificou-se ainda em consulta a conta contábil nº 82111010000-Recursos Disponíveis para o Exercício, cuja função compreende o valor das disponibilidades de recursos a utilizar, que em 31/08/2021 e 30/09/2021, os saldos indicavam a existência de superávit financeiro na fonte 37, no valor de R\$ 162.180,71, conforme demonstra-se a seguir:

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE - CNPJ: 37465408000149

Sistema | Peças de Planejamento | Prestação de Contas | Informes Mensais | Informes Egrvo Imediato | Auditoria | Impressões | Cruzamento de Dados | Ajuda...

Razão Contábil

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

Consulta parametrizada

Mês de referência: AGOSTO
Conta contábil: 82111010000

Pesquisar [Enter]

| Data | Cód. b. | Núm. lança... | Seq. | Cód. Conta | Descrição | ISF | Val. débito | Val. crédito | Detalhamento | Histórico |
|------------|---------|---------------|------|-------------|---------------------------------------|-----|-------------|--------------|--------------|--|
| 01/07/2020 | 1 | 5901173 | 7 | 82111010000 | RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO | F | 0,00 | 5,71 | 01037000000 | Transf. Ajuste Disponibilidade Financ. 1:110-000 |
| 31/01/2021 | 2 | 5901173 | 4 | 82111010000 | RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO | F | 0,00 | 5,71 | 03370000000 | Transf. Ajuste Disponibilidade Financ. 3:110-000 |
| 02/08/2021 | 2 | 6912618 | 2 | 82111010000 | RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO | F | 0,00 | 162.175,00 | 01037000000 | ANULAÇÃO EMP. 4796 |

5,71 162.186,42

Fonte: Sistema Aplic/Informes Mensais/Contabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

APLIC (Módulo Auditorial) - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE - CNPJ: 37465408000149

Sistema | Peças de Planejamento | Prestação de Contas | Informes Mensais | Informes Egrvo Imediato | Auditoria | Impressões | Cruzamento de Dados | Ajuda...

Razão Contábil

Resultados da consulta

Consulta parametrizada

Mês de referência: SETEMBRO

Conta contábil: 82111010000

Pesquisar [Enter]

| Data | C. | Num. Lan. | Seq. | Cód. Conta | Descrição | ISF | Val. débito | Val. crédito | Detalhamento | Histórico |
|------------|----|-----------|------|------------|---|-----|-------------|--------------|--------------|--|
| 31/01/2021 | 2 | 5801172 | 1 | 82111010 | RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO F | | 0,00 | 5,71 | 0037000000 | Transf. Ajuste Disponibilidade Financ. 3-110-000 |
| 31/01/2021 | 2 | 5801172 | 7 | 82111010 | RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO F | | 5,71 | 0,00 | 0107000000 | Transf. Ajuste Disponibilidade Financ. 1-110-000 |
| 31/12/2020 | 1 | 5711445 | 942 | 82111010 | RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO F | | 0,00 | 5,71 | 0107000000 | Saldo de Balanco |
| 02/09/2021 | 2 | 6512618 | 2 | 82111010 | RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO F | | 0,00 | 162.175,00 | 0107000000 | ANULACAO EMP. 4796 |

5,71 | 162.186,42

Fonte: Sistema Aplic/Informes Mensais/Contabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil

Registra-se que no exercício de 2021 foi aberto um crédito adicional utilizando como fonte de financiamento o superávit financeiro do exercício anterior, na fonte 37, no valor de R\$ 162.180,71, embora houvesse apenas o valor de R\$ 5,71 de superávit financeiro de exercício anterior. Esse crédito adicional foi aberto, por meio do Decreto nº 96 de 10/09/2021, conforme demonstra o dado extraído do Sistema Aplic, abaixo evidenciado:

APLIC (Módulo Auditorial) - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE - CNPJ: 37465408000149

Sistema | Peças de Planejamento | Prestação de Contas | Informes Mensais | Informes Egrvo Imediato | Auditoria | Impressões | Cruzamento de Dados | Ajuda...

Razão Contábil

Resultados da consulta

Consulta parametrizada

Mês de referência: SETEMBRO

Conta contábil: 82111010000

Pesquisar [Enter]

| Data | C. | Num. Lançamento | Cód. Conta | Descrição | I. | Val. débito | Val. crédito | Detalhamento | Histórico |
|------------|----|-----------------|-------------|--|----|-------------|--------------|--------------|------------------------------|
| 10/09/2021 | 2 | 6542091 | 82111010000 | SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR | | 162.180,71 | 0,00 | 0037000000 | Decreto No. 96 de 10/09/2021 |

Fonte: Sistema Aplic/Informes Mensais/Contabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil

Desse modo, em decorrência do cancelamento do empenho inscrito em Restos a Pagar não Processados na Fonte 37, o saldo de superávit financeiro existente na conta contábil nº 82111010000 é exatamente o valor de R\$ 162.180,71 de crédito adicional aberto, por meio do Decreto nº 96 de 10/09/2021, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício anterior.

Importante esclarecer que essa conta contábil nº 82111010000-Recursos Disponíveis para o Exercício totaliza o saldo de todas as disponibilidades de cada fonte de recursos, informação está que estará evidenciada no Demonstrativo de Superávit/Déficit Financeiro, anexo ao Balanço Patrimonial. Inclusive o saldo da conta contábil nº 82111010000 em 31/12/2021 indica a existência de superávit financeiro na fonte 37 no valor de R\$





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7593 / 7692 / 7129

E-mail: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Em relação a fonte 19, considerando as justificativas apresentadas pela Defesa, procedeu-se consulta ao Sistema Aplic e verificou-se que do total de R\$ 162.178,81 de créditos adicionais abertos utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro de exercício anterior, foram empenhados apenas R\$ 79.600,26, conforme evidencia-se a seguir:

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE - CNPJ: 37465408000149 -

Sistema

Peças de Planejamento

Prestação de Contas

Informes Mensais

Informes Emissão Imediata

Auditoria

Impressões

Cruzamento de Dados

Ajuda...

Razão Contábil

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência

Conta contábil

DEZEMBRO

52213010000

Pesquisar [Enter]

| Data | C. | Núm. L. | Seq. | Cód. Conta | Descrição | ISF | Val. débito | Val. crédito | Detalhamento | Histórico |
|------------|----|---------|------|-------------|--|-----|-------------|--------------|--|--|
| 16/04/2021 | 2 | 6011981 | 6 | 52213010000 | SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR | | 52.178,81 | 0,00 | 06.002.12.361.0040.10125.3.3.90.00.00.0.3.18.00000000700/202100042/2021024 | Suplementação - Decreto No. 42 de 16/04/2021 |
| | 2 | 6011982 | 6 | 52213010000 | SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR | | 30.000,00 | 0,00 | 06.002.12.361.0040.10125.3.3.90.00.00.0.3.18.00000000700/202100042/2021024 | Suplementação - Decreto No. 42 de 16/04/2021 |

162.178,810,00

Fonte: Sistema Aplic/Informes Mensais/Contabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE - CNPJ: 37465408000149 - [Consulta a Lei Orçamentária Anual (LOA) e suas alterações]

Sistema | Peças de Planejamento | Prestação de Contas | Informes Mensais | Informes Emissão Imediata | Auditoria | Impressões | Cruzamento de Dados | Ajuda...

Consulta a Lei Orçamentária Anual (LOA) e suas alterações

Resultado(s) da consulta

Todas Dotações

Consulta parametrizada

| Órgão | UD | Função | Subfunção | Programa | Ação | Cat. econ. | Nat. desp. | Modalidade | Elemento | Grupo | Fonte | Det. fonte | Dotação inicial | Alterações | Dotação atualizada | Empenhado |
|-------|-----|--------|-----------|----------|-------|------------|------------|------------|----------|-------|-------|------------|-----------------|------------------|--------------------|------------------|
| 06 | 002 | 12 | 361 | 0040 | 10125 | 3 | 3 | 90 | 00 | 3 | 19 | 000000 | R\$ 82.178,81 | | R\$ 82.178,81 | R\$ 0,00 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 10127 | 4 | 4 | 90 | 00 | 1 | 19 | 000000 | R\$ 0,00 | R\$ 6.335.900,00 | R\$ 6.335.900,00 | R\$ 0,00 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 3 | 1 | 90 | 00 | 1 | 19 | 000000 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 6.335.900,00 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 3 | 1 | 90 | 00 | 1 | 19 | 000000 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 0,00 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 3 | 1 | 90 | 00 | 1 | 19 | 000000 | R\$ 6.600,00 | R\$ 6.600,00 | R\$ 6.600,00 | R\$ 0,00 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 3 | 3 | 90 | 00 | 1 | 19 | 000000 | R\$ 124.000,00 | R\$ 340.873,61 | R\$ 464.873,61 | R\$ 0,00 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 3 | 3 | 90 | 30 | 1 | 19 | 000000 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 267.183,00 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 3 | 3 | 90 | 36 | 1 | 19 | 000000 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 2.212,10 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 3 | 3 | 90 | 39 | 1 | 19 | 000000 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 1.95.203,29 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 4 | 4 | 90 | 00 | 3 | 19 | 000000 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 06 | 008 | 12 | 361 | 0040 | 20062 | 4 | 4 | 90 | 52 | 3 | 19 | 000000 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 79.600,26 |

Fonte: Peças de Planejamento/Loa e suas alterações

Assim, como a gestão procedeu a contenção de despesa de parte desse crédito adicional aberto, deixando de empenhar o montante de R\$ 82.578,55 nesta fonte, que é superior ao valor apontado de abertura de crédito adicional indicando superavit financeiro inexistente, acata-se também a manifestação da defesa sobre esta fonte de recursos.

Em face do exposto, acolhe-se a manifestação da Defesa e sana-se a irregularidade apontada.

Situação da análise: **SANADO**





3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES

Sugere-se ao Conselheiro Relator as seguintes propostas de expedição de recomendações e/ou determinações ao Chefe do Poder Executivo de Lambari D'Oeste:

- 1) Aprimore as técnicas de previsões das metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal e capacidade financeira do município e compatibilizando-as com os instrumentos de planejamento, a fim de evitar que as metas previstas nas peças orçamentárias se apresente desconexas com a realidade do orçamento a ser executado: **Prazo de implementação: imediato.**
- 2) Informe no texto da publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, em meio oficial, o endereço eletrônico em que o texto das leis e os anexos obrigatórios possam ser acessados pelos cidadãos e divulgue, tempestivamente, no Portal Transparência do Município, tanto as leis quanto os anexos que efetivamente integraram as referidas peças orçamentárias. **Prazo de Implementação: Próxima publicação da LDO e LOA.**
- 3) Avalie a implementação das medidas de acompanhamento e de redução da despesa corrente sugeridas no art. 167-A da CF, conforme as previsões dos parágrafos 1º a 6º do referido artigo: **Prazo de implementação: imediato.**
- 4) Aprimore os controles internos da unidade de planejamento da Prefeitura Municipal, a fim de evitar a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais sem prévia autorização legislativa, e, consequentemente, atender o que preconiza o art. 167, inciso V, da Constituição Federal: **Prazo de implementação: imediato.**
- 5) Disponibilize as contas anuais, a partir do dia quinze de fevereiro, a qualquer contribuinte para exame e apreciação, na própria Prefeitura e na Câmara Municipal, em cumprimento ao art. 209 da Constituição Estadual e art. 49 da LRF: **Prazo de Implementação: Após a elaboração e publicação das Contas Anuais de Governo referente ao Exercício de 2022.**

4. CONCLUSÃO

Após análise das manifestações da Defesa, conclui-se que os argumentos apresentados foram suficientes para sanar os achados de números 1.1, 2.1, 3.1, 3.2, 3.3 e 5.1, sendo mantido os achados 4.1 e 4.2 do relatório técnico preliminar.

4.1. RESULTADO DA ANÁLISE





Após a análise das razões de defesa, defende-se a manutenção do seguinte achado:

MARCELO VIEIRA VITORAZZI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) DA05 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1) SANADO

2) DA07 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_07. Não- recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto- Lei nº 2.848/1940).

2.1) SANADO

3) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

3.1) SANADO

3.2) SANADO

3.3) SANADO

4) FB02 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_02. Abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais – sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior (art. 167, V, a Constituição Federal; art. 42, da Lei nº 4.320/1964).

4.1) *Abertura de créditos adicionais suplementares sem autorização legislativa no valor de R\$ 1.677.133,87, em desobediência as previsões contidas nos Art. 167, Inciso V da CF/88 e o Art. 42 da Lei nº 4.320/64. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA*

4.2) *O crédito adicional aberto pelo Decreto nº 118, editado em 03/11/2021, no valor de R\$ 317.900,00, antecede a vigência da Lei Municipal nº 726/2021, caracterizando créditos adicionais abertos sem prévia lei autorizadora, o que resultou no descumprimento das previsões do Art. 167, Inciso V da CF/88 e do Art. 42 da Lei nº 4.320/64. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA*

5) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).





5.1) SANADO

4.2. NOVAS CITAÇÕES

O Responsável pelas irregularidades constantes no presente relatório foi devidamente citado, tendo se manifestado dentro do prazo estabelecido, não havendo, portanto, a necessidade de novas citações.

Em Cuiabá-MT, 10 de Agosto de 2022.

MICHELINE FATIMA DE SOUZA FALCAO ARRUDA
AUDITOR PUBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA

GABRIEL LIBERATO LOPES
AUDITOR PUBLICO EXTERNO

